



ANÁLISE INICIAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH) -LEI N° 9.433/1997 NA BACIA DO RIO URUGUAI

Jardel Vitor Silva

Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas na UFFS, Campus Cerro Largo

Edemar Rotta

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

1. Introdução

A governança de recursos hídricos em regiões transfronteiriças, como a Bacia do Rio Uruguai, compartilhada por Brasil, Argentina, Uruguai e o estado de Santa Catarina, é um desafio complexo devido aos diversos interesses em um rio que transcende fronteiras. A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei nº 9.433/1997, busca harmonizar esses interesses por meio de princípios de descentralização e participação social. Este estudo analisa a implementação da PNRH na Bacia do Rio Uruguai, explorando a gestão participativa e descentralizada em um contexto transfronteiriço, enfrentando entraves como conflitos pelo uso da água, fragmentação normativa e impactos da pandemia de COVID-19. O objetivo geral é avaliar a eficácia da PNRH, com foco em instrumentos como Planos de Recursos Hídricos e comitês de bacia, e identificar desafios e oportunidades para uma gestão hídrica mais integrada.

2. Metodología

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental de atas do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (2019-2024), do Plano de Recursos Hídricos de 2015 e outros documentos oficiais. Complementou-se com uma revisão bibliográfica sobre gestão hídrica em contextos transfronteiriços. A análise Os resultados apontam avanços significativos na implementação da PNRH na considerou a eficácia de instrumentos da PNRH, a representatividade e o engajamento nos comitês de bacia, além dos desafios específicos de coordenação entre Brasil, Argentina, Uruguai e Santa Catarina.



Bacia do Rio Uruguai, como a criação de comitês de bacia e a modernização digital de processos. No entanto, persistem lacunas importantes, como a ausência de Planos de Trabalho em cinco das onze regiões hidrográficas da bacia, o que compromete a gestão integrada. A pandemia de COVID-19 também limitou a participação social, reduzindo o engajamento em comitês de bacia. A análise revelou que a fragmentação normativa e os desafios transfronteiriços dificultam a harmonização de interesses entre os países e o estado de Santa Catarina.



3. Discussão

A implementação da PNRH na Bacia do Rio Uruguai reflete avanços na estruturação da gestão hídrica, mas enfrenta obstáculos como a falta de planos regionais e a participação social limitada. A abordagem híbrida top-down e bottom-up destaca a importância dos comitês de bacia, mas a coordenação transfronteiriça exige maior integração normativa e estratégias para superar barreiras impostas pela pandemia. Este estudo sugere que a gestão hídrica deve priorizar a inclusão de comunidades ribeirinhas e a harmonização de políticas entre os países envolvidos, promovendo uma governança mais participativa e integrada para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos na Bacia do Rio Uruguai.

4. Considerações finais

A implementação da PNRH na Bacia do Rio Uruguai revela avanços, como a criação do Comitê da Bacia, o Plano de Recursos Hídricos de 2015 e a modernização digital com ferramentas como o Monitor de Secas. Contudo, desafios como a ausência de Planos de Trabalho em cinco regiões hidrográficas, a burocracia e a participação limitada, agravada pela pandemia, dificultam a gestão. A coordenação transfronteiriça com Argentina, Uruguai e Santa Catarina exige maior articulação, e conflitos pelo uso da água demandam estudos hidrológicos atualizados. Gerir recursos hídricos requer ouvir comunidades ribeirinhas e equilibrar interesses. Fortalecer comitês, simplificar processos e garantir recursos estáveis são passos essenciais para uma PNRH mais participativa e eficaz.



Referências

- BARDIN, L. (2011). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL. (1997). Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Planalto. Acesso em 22/05/2025
- Brasil. (1983). *Decreto nº 88.441, de 30 de junho de 1983*. Brasília: Planalto. Acesso em 10/05/2025
- BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Metadados SNIRH. Brasília, DF: ANA, [s.d.]. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/home>. Acesso em: 10/05/2025.
- BRASIL. Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982. Promulga o Tratado de Montevidéu 1980. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 mar. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d87054.htm. Acesso em: 01/05/2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos: Webapp Viewer. Brasília, DF: ANA, [s.d.]. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=adf36f28d1ec45839e2602f59171e9ef&extent=-9373739.1681%2C-3752389.9106%2C-2720660.2262%2C-2284798.9675%2C102100>. Acesso em: 10/05/2025.
- Bacias Hidrográficas (SEMA-RS) RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Bacias hidrográficas. Porto Alegre, RS: SEMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>. Acesso em: 01/05/2025.
- Bacia Hidrográfica do Ijuí (SEMA-RS) RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. U090 - BH Ijuí. Porto Alegre, RS: SEMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/u090-bh-ijui>. Acesso em: 01/05/2025.
- Comitê Ibicuí COMITÊ IBICUÍ. Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí. [S.l.]: Comitê Ibicuí, [s.d.]. Disponível em: https://www.comiteibicui.com.br/bh_002.html. Acesso em: 01/05/2025.
- Conselho de Recursos Hídricos (SEMA-RS) RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Conselho de Recursos Hídricos - CRH. Porto Alegre, RS: SEMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/crh>. Acesso em: 01/05/2025.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). Research Design: Qualitative, Quantitative,



and Mixed Methods Approaches (5th ed.). Los Angeles: SAGE Publications.

IPEA. (2019). Gestão de recursos hídricos no Brasil: Desafios e perspectivas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Neto, J. A. (2017). A governança das águas compartilhadas na América do Sul: O caso do Rio Uruguai. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 60(2), 1-20.

Silva, A. B., et al. (2014). Gestão de águas transfronteiriças: O caso da Bacia do Prata. *Revista de Gestão Ambiental*, 12(3), 425-440.

Metadados SNIRH (Geonetwork) BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Metadados: Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai. Brasília, DF: ANA, [s.d.]. Disponível em:

<https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/3d6a7031-5b18-45ea-ab41-39911975e51a>. Acesso em: 01/05/ 2025.

LOTTA, Gabriela (org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019, p. 11-38. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162> Acesso em 01/05/2025

Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Brasília, DF: ANA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/planos-de-recursos-hidricos/plano-nacional-de-recursos-hidricos-pnhr>. Acesso em: 01/05/ 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Comitês da região hidrográfica do Uruguai. Porto Alegre, RS: SEMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/comites-da-regiao-hidrografica-do-uruguai>. Acesso em: 01/05/2025.

Região Hidrográfica Uruguai (ANA) BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Região Hidrográfica Uruguai. Brasília, DF: ANA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/imagens/imagens-das-regioes-hidrograficas/regiao-hidrografica-uruguai>. Acesso em: 01/05/ 2025.

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região da Bacia do Rio Uruguai SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Plano de desenvolvimento sustentável da região da bacia do rio Uruguai. Florianópolis, SC: SDS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/base-documental-rio-urussanga/noticias-rio-urussanga/item/329-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-da-regiao-da-bacia-do-rio-uruguai/329-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-da-regiao-da-bacia-do-rio-uruguai>. Acesso em: 01/05/2025.